

**LEI Nº 14.370, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**Autoriza a concessão dos serviços públicos de saneamento e revoga o § 4º do art. 5º da Lei n.º 9.875, de 8 de dezembro de 2005.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a delegar, mediante concessão, os serviços públicos de saneamento a que se referem o inc. I do art. 3º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e o art. 224 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (LOMPA), nos termos do art. 8º, inc. III, combinado com o art. 130 da LOMPA.

**Parágrafo único.** Não serão suscetíveis de concessão os serviços de captação e tratamento de água bruta no Município de Porto Alegre que estejam em operação pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) na data da publicação desta Lei.

**Art. 2º** A concessão de serviço público de saneamento não acarretará:

I – a extinção de cargos públicos ou declaração de sua desnecessidade, na forma do § 3º do art. 41 da Constituição Federal; e

II – prejuízo à estabilidade dos servidores do DMAE que já a tiverem adquirido.

**Art. 3º** A concessionária ficará obrigada a garantir o abastecimento emergencial e contínuo de água potável, inclusive por meio de caminhões-pipa ou outra solução técnica adequada, nos termos das normas de regulação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e resoluções da agência reguladora infranacional competente.

**§ 1º** Em caso de interrupção total ou parcial dos serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, o prestador deverá comunicar à agência reguladora e aos usuários a abrangência, a duração e os motivos da interrupção dos serviços.

**§ 2º** O abastecimento emergencial de que trata o *caput* será prestado até a regularização do serviço na localidade, tendo seu volume medido com o conhecimento do responsável pela unidade usuária, para cobrança pelo prestador de serviços sem ônus adicional ao valor normal de fornecimento.

**§ 3º** Ficam ressalvadas as hipóteses de inadimplência do usuário, racionamento oficialmente declarado, força maior ou caso fortuito, observados o contrato e a regulação aplicável, admitido o reequilíbrio econômico-financeiro quando cabível.

**Art. 4º** A política tarifária da concessão dos serviços públicos de saneamento obedecerá aos princípios da modicidade, da transparência e da sustentabilidade econômico-financeira e será submetida à regulação e à fiscalização da agência reguladora competente, observadas as normas de referência da ANA.

**§ 1º** O valor da tarifa inicial a ser praticada pela concessionária na data de assunção dos serviços não poderá ser superior à tarifa vigente praticada pelo DMAE para as mesmas categorias de usuários.

**§ 2º** O contrato de concessão preverá, ainda, mecanismos de revisão tarifária periódica, sem prejuízo de revisões extraordinárias, com o objetivo de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, compartilhar os ganhos de eficiência com os usuários e garantir a capacidade de investimento da concessionária para o cumprimento das metas de universalização, observada a periodicidade prevista nas normas de referência da ANA, da agência reguladora competente e do respectivo contrato de concessão.

**Art. 5º** Fica assegurada a manutenção da tarifa social, destinada a garantir o acesso aos serviços pela população de baixa renda.

**§ 1º** O edital de licitação e o respectivo contrato de concessão deverão conter cláusulas claras que obriguem a concessionária a aplicar a tarifa social, inclusive quanto aos critérios de elegibilidade, nos termos da legislação municipal e federal e das diretrizes nacionais estabelecidas pela ANA.

**§ 2º** O valor da tarifa social consistirá em percentual de desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a tarifa aplicável à primeira faixa de consumo, observadas as diretrizes nacionais determinadas pela ANA.

**§ 3º** O valor de que trata o § 2º deste artigo será aplicado aos primeiros 15 m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) por residência classificada no benefício e, sobre o excedente de consumo, poderá ser cobrada a tarifa regular.

**Art. 6º** Nas áreas irregulares ou núcleos urbanos informais que vierem a receber infraestrutura provisória ou permanente de abastecimento de água ou de coleta de esgotos, fica assegurada, por ocasião da regularização das ligações e do cadastro dos usuários, a isenção de valores pretéritos vinculados ao uso não regular dos serviços, compreendendo tarifas, consumos estimados, multas e encargos referentes a períodos anteriores à data de ativação da ligação regular.

§ 1º A isenção prevista no *caput* dependerá da inclusão dos moradores na base de clientes da concessionária, mediante solicitação formal, apresentação de documentação mínima e instalação de medidor em padrão técnico.

§ 2º A concessionária deverá realizar mutirões de cadastro e comunicação social, com serviço de atendimento comunitário, em articulação com o Executivo Municipal e com prioridade para comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, divulgando os requisitos de regularização, prazos e benefícios.

§ 3º O Executivo Municipal definirá, por ato próprio, as áreas abrangidas, o cronograma de implantação e os procedimentos operacionais, observadas as metas, o escopo e os cronogramas contratuais e regulatórios, admitido o reequilíbrio econômico-financeiro quando cabível.

§ 4º Ficam excluídas do benefício previsto no *caput*, na forma de regulamento, e assegurada a defesa prévia, as seguintes hipóteses:

I – intervenção nas instalações dos sistemas públicos de água e esgoto que possa afetar a eficiência dos serviços;

II – danificação proposital, inversão ou supressão dos equipamentos destinados ao serviço;

III – ligação clandestina de água e esgoto com o intuito de se evadir ao pagamento da tarifa;

IV – compartilhamento ou interligação de instalações com outros imóveis não informados no cadastro com o intuito de se evadir ao pagamento da tarifa; e

V – incoerências ou informações inverídicas no cadastro ou em qualquer momento do processo de prestação do benefício.

**Art. 7º** O contrato de concessão deverá prever metas de universalização para todas as regiões de planejamento da cidade, inclusive no extremo sul, adotadas as soluções técnicas mais adequadas para cada situação e observadas as diretrizes estabelecidas pela ANA e pela agência reguladora competente.

**Art. 8º** O contrato de concessão deverá prever a constituição de conta específica vinculada com as seguintes finalidades:

I – financiar a implantação, a ampliação e a melhoria do sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem em áreas vulneráveis, irregulares ou desatendidas pelo Município, não contempladas nas metas ou nos investimentos previstos no contrato de concessão; e

II – assegurar recursos para modicidade das tarifas públicas, minimizando o impacto de reequilíbrios econômico-financeiros nas contas de água e esgoto para as populações de baixa renda beneficiárias da tarifa social de que trata a Lei Federal nº 14.898, de 13 de junho de 2024.

§ 1º A conta específica de que trata esse artigo será composta pelas seguintes receitas:

I – parte dos valores arrecadados a título de outorga para concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário;

II – recursos provenientes de compensações financeiras, descontos decorrentes da incidência de indicadores de desempenho e multas aplicadas à concessionária;

III – rendimentos das aplicações financeiras realizadas com recursos mantidos na própria conta; e

IV – outros créditos expressamente admitidos em lei, no edital, no contrato de concessão e em seus anexos.

§ 2º Os recursos da conta específica deverão ser aplicados de forma prioritária em:

I – execução de obras e ações para garantir acesso à água potável, ao esgotamento sanitário e à drenagem em regiões periféricas, comunidades carentes ou com infraestrutura precária;

II – subsídios diretos ou indiretos para garantir a modicidade tarifária, conforme critérios socioeconômicos para concessão do benefício da tarifa social de que trata a Lei Federal nº 14.898, de 2024; e

III – estudos, planos e projetos voltados à implantação das ações de que tratam os incs. I e II.

**Art. 9º** O contrato de concessão deverá prever o monitoramento independente da qualidade da água distribuída à população, a ser realizado por instituição ou empresa sem qualquer vínculo, direto ou indireto, com as partes.

§ 1º As análises laboratoriais para controle da qualidade da água para consumo humano deverão observar a periodicidade e os critérios dispostos nas normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e nas demais normas relacionadas, devendo o resultado das análises ser disponibilizado em portal eletrônico de acesso público.

§ 2º Caso sejam aferidas desconformidades com os padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente, a agência reguladora competente deverá ser imediatamente

comunicada para a adoção das medidas administrativas cabíveis, devendo o prestador dos serviços de abastecimento de água responsável pela inconformidade apresentar, em prazo a ser definido pela agência reguladora, um plano de ação para a correção do problema.

**Art. 10.** Serão priorizados, sem prejuízo das metas, do escopo e dos cronogramas contratuais e regulatórios, os investimentos nas seguintes áreas, assim definidas pelo Executivo Municipal:

I – comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica e regiões do Município com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e

II – áreas de interesse ambiental, turístico, cultural, esportivo e econômico.

**Art. 11.** Fica instituída fila de atendimentos prioritários para os chamados provenientes de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assegurando-lhes precedência na triagem, no despacho e na execução, sem prejuízo das metas, do escopo e dos cronogramas contratuais e regulatórios, bem como do atendimento a ocorrências emergenciais de risco iminente.

§ 1º A concessionária manterá serviço de atendimento comunitário específico, com equipe dedicada e atendimento presencial e multicanal voltado a essas comunidades, incluindo calendário de visitas, pontos de contato locais e interface com lideranças comunitárias.

§ 2º A concessionária encaminhará relatórios bimestrais ao Executivo Municipal e ao Legislativo Municipal contendo, no mínimo:

I – quantitativo de chamados recebidos, atendidos e pendentes;

II – tempo de espera entre a abertura do chamado e o início do atendimento, bem como tempo de solução;

III – taxa de reincidência ou retrabalho por tipo de ocorrência;

IV – principais causas e ações corretivas adotadas; e

V – distribuição territorial dos atendimentos por bairro ou região de planejamento.

§ 3º Os relatórios de que trata o § 2º deste artigo serão disponibilizados em formato aberto e publicados no Portal Transparência Porto Alegre.

**Art. 12.** Os recursos arrecadados nas licitações de que trata esta Lei reverterão para modicidade tarifária, investimentos, melhorias, manutenção e operação dos serviços de saneamento, em especial para aqueles relativos ao manejo das águas pluviais urbanas e à

proteção contra cheias, incluídas as intervenções de infraestrutura, habitação, mobilidade e urbanismo a elas relacionadas que se façam necessárias.

**Art. 13.** A inexistência de pavimentação ou de sistema de drenagem pluvial não constituirá, por si só, impedimento para a implantação da rede de esgotamento sanitário, desde que observadas as normas técnicas aplicáveis.

**Art. 14.** O Executivo Municipal enviará relatórios mensais à Comissão Especial a ser instituída pelo Legislativo Municipal informando acerca do andamento do projeto de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§ 1º Os relatórios mensais informarão as etapas de trabalho da estruturação do projeto de concessão e do início da execução contratual, incluindo a fase de transição operacional.

§ 2º Sem prejuízo dos relatórios periódicos de acompanhamento, a Comissão Especial poderá requerer informações, esclarecimentos e documentos ao Executivo Municipal.

§ 3º A Comissão Especial poderá receber e encaminhar ao Executivo Municipal requerimentos de demandas prioritárias apresentados pelas vias ordinárias, por vereadores ou por lideranças comunitárias, relativamente ao atendimento em comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 16.** Fica revogado o § 4º do art. 5º da Lei nº 9.875, de 8 de dezembro de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 21 de novembro de 2025.

Sebastião Melo,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Jhonny Prado,  
Procurador-Geral do Município.